

1 Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio de 2023, às 09h, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
2 Francisco (CBHSF) se reuniram no Auditório do Nobile Hotel Belo Horizonte, situado na Rua São Miguel, nº 293,
3 Itapoã – Belo Horizonte (MG), para participarem da XLV Reunião Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os**
4 **seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães - Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA);
5 Cláudio Júlio Machado Mendonça Filho – Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO); Adriel Andrade Palhares
6 – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); João Carlos de Melo – Instituto Brasileiro de
7 Mineração (IBRAM); Jadir Silva de Oliveira – Associação das Indústrias de Sucreenergéticas do Estado de Minas
8 Gerais; Adson Roberto Ribeiro – Associação de Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais
9 (Irriganor); Cláudio Ademar da Silva – Piscicultura Itaparica LTDA; Ednaldo de Castro Campos – Associação dos
10 Fruticultores da Adutora da Fonte (AFAF); Vilma Martins Veloso – Federação dos Pescadores Artesanais e
11 Aquicultores de Minas Gerais (FEPAMG); Roberto Rivelino de Souza Rocha – Antônio Paiva dos Santos (Pesca);
12 José Maciel Nunes de Oliveira – Colônia de Pescadores Z-12; Renato Junio Constâncio – Companhia Energética de
13 Minas Gerais (CEMIG); Altino Rodrigues Neto – Associação de Desenvolvimento Artes de Ofício (ADAO); Marcus
14 Vinícius Polignano – Instituto Guaicuy; José Valter Alves – Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho
15 Guerra – Associação Quadrilátero das Águas (AQUA); Elias da Silva – Associação de Desenvolvimento Sustentável;
16 Rosa Cecília Lima Santos – Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente (OSCATMA);
17 Vanderli de Carvalho Barbosa – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas (AMEV);
18 André Horta – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES MG); Melchior Carlos do
19 Nascimento – Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pedro de Araújo Lessa - Conselho Regional de Engenharia
20 e Agronomia Sergipe (CREA); Xifroneze Santos – Quilombo Caraíbas; Cícera Leal Cabral – Pankará/PE; Denys
21 Henrique de Andrade Santiago – Prefeitura Municipal de Paracatu MG; Winston Caetano de Souza -Prefeitura
22 Municipal de Paraopeba/MG; Elísio Marinho dos Santos Neto – Prefeitura Municipal de Gararu SE; Eduardo
23 Mendonça Sodrê Martins – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA); Ailton Francisco da
24 Rocha – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMMA/SE); Gustavo
25 Antônio Carneiro – Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA/DF);
26 Wilson Rodrigues de Melo – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e Ministério de Minas e Energia
27 (MME); Thaianne Resende Henriques Fábio – Ministério do Meio Ambiente (MMA); Josinaldo Ribeiro da Silva –
28 Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Participaram os seguintes membros suplentes:** Sinelson da Silva Maia –
29 Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva (SAAE Bocaiuva) (*em exercício da titularidade*); Carlos Vanderlei
30 Leite Pinheiro – Rota das Águas Velho Chico (*em exercício da titularidade*); Maria Cícera Bezerra de Lacerda –
31 Colônia de Pescadores Z-39 (*em exercício da titularidade*); Sonáli Cavalcanti Oliveira – Companhia Hidro Elétrica
32 do São Francisco (CHESF) (*em exercício da titularidade*); Hilda de Paiva Bicalho – Movimento Artístico, Cultural e
33 Ambiental de Caeté (MACACA); Berenice Lima Peres – Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia (CONSID) (*em*
34 *exercício da titularidade*); Josias Gomes Ribeiro Filho – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
35 Gerais (CREA MG); Luiz Roberto Porto Farias – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Alagoas); Francisco de Assis
36 Gonzaga da Silva – Prefeitura Municipal de Ouro Preto MG (*em exercício da titularidade*); Antônio Jackson Borges
37 Lima – Prefeitura Municipal de São Brás/AL (*em exercício da titularidade*); Marcelo da Fonseca – Instituto Mineiro
38 de Gestão das Águas (IGAM) (*em exercício da titularidade*); Larissa Cayres de Souza – Secretaria do Meio Ambiente
39 do Estado da Bahia (SEMA/BA); Athadeu Ferreira da Silva – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São
40 Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). **Participaram também:** Thiago Paim de Almeida Lana, Manoel Vieira Júnior,
41 Thiago Batista Campos, Eduarda Nery de Almeida, Ohany Ferreira Vasconcelos, Wolmara Teixeira, Guilherme
42 Guerra, Gabriel Rodrigues, Amanda Fernandes Pinto, Ricardo Estanislau Braga, Daniel Alexandre de Brito,
43 Jacqueline Evangelista Fonseca, Flávia Mendes, Rayssa Balieiro, Mariana de Abreu, Monique Isadora de Almeida
44 Leite – Agência Peixe Vivo (APV); Ângelo José Rodrigues Lima – Observatório das Águas (OGA); Viviane das Graças
45 Rodrigues Pires – Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Ouro Preto (SEMMA-OP); Gleydson Vicente Mota –
46 Ridimunho/Cine Barranco; José Vivaldo – CODEVASF; Lúcia Helena – Projeto Manuelzão; Patrícia Maia e Silva,
47 Patrícia Neves Silva – CHESF; Solange Castullon – Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT); Francisco
48 Carlos – Povo Pankara Tuxa; Cláudio Rezende e Marcelo Dutra – Bahia Mineração (BAMIN); Adriane Rodrigues
49 Guedes, Thiago Vieira, João Paulo Paulino Coimbra; Paulo José de Oliveira; Agmar Pereira Lima; Dirceu Mendes
50 Ribeiro; Elmar Larte Dantas; Nicolli Albuquerque de Carvalho; Flávia Rodrigues – Agência Nacional de Águas e
51 Saneamento Básico (ANA). **1. Abertura e verificação do quórum.** Confirmado o quórum, o cerimonialista assume

52 as atividades, deseja boas-vindas aos presentes e lê, detalhadamente, a programação do evento. Convida para
53 compor a mesa: José Maciel Oliveira, presidente do CBHSF; Marcos Vinicius Polignano, vice-presidente do CBHSF;
54 José Vivaldo Filho, diretor da área de revitalização e sustentabilidade ambiental da CODEVASF; Eduardo Martins
55 secretário da SEMA/BA; Altino Rodrigues, coordenador da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco (CCR
56 Alto SF), Ednaldo Campos, coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco (CCR Médio SF);
57 Cláudio Ademar, coordenador da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco (CCR Submédio SF) e
58 Rosa Cecília Santos, secretária da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco (CCR Baixo SF). Uma vez a
59 mesa estando completa, justifica a ausência dos srs. Almacks Silva, secretário do CBHSF e Anivaldo Miranda,
60 coordenador da CCR Baixo SF. Na sequência, solicita um minuto de silêncio em memória a Adelson Toledo,
61 membro do CBHSF que faleceu na última semana e, após este tempo, realiza um discurso em homenagem à Dedé
62 – como também era conhecido - ressaltando sua importância e todo o trabalho prestado ao CBHSF. Logo em
63 seguida, convida todos a ficarem de pé para a execução do Hino Nacional, que é reproduzido para na sequência
64 a palavra facultar entre integrantes da mesa. Altino Rodrigues, em nome de todos os membros pertencentes à
65 CCR Alto SF, deseja boas-vindas e manifesta sua satisfação de recebê-los em Belo Horizonte. Posteriormente,
66 Marcus Polignano discorre sobre o papel secundário ao qual a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF) fora
67 relegada, destaca sua importância sócio-histórica para o País, lamenta os problemas que enfrenta, celebra os
68 avanços do CBHSF e evidencia a importância das políticas públicas ambientais e da articulação intersetorial para
69 sua conservação. Ademais, o vice-presidente comenta a respeito do processo de transição da Diretoria Geral da
70 APV, bem como a necessidade e urgência de revitalização do rio Paraopeba. Por último, diz que a ANA criou uma
71 Comissão, cujo objetivo é promover discussões sobre a BHSF, mas não convidou o CBHSF para compô-la e, tendo
72 isso em vista, reafirma a importância da integração entre os órgãos. Com a palavra, José Vivaldo fala sobre sua
73 meta de construir uma agenda conjunta entre o Governo Estadual e Federal, a qual também deve incluir e ceder
74 espaço para diálogo com o CBHSF. Em seguida, Eduardo Martins reitera a importância de espaços de diálogos
75 como a Plenária e informa que, na Bahia, a política ambiental está compromissada com a segurança hídrica,
76 mencionando, como exemplo, o Programa Bahia Sem Fome e a articulações realizadas na Bahia para o alcance
77 das metas estabelecidas, envolvendo também o processo da implementação de outorgas. Por último, a palavra
78 é cedida a José Maciel de Oliveira que reitera a importância do Comitê e afirma, conforme mencionado, a
79 relevância do alinhamento político e do diálogo entre todas as esferas. Neste sentido, informa sobre as frentes
80 parlamentares formadas, frutos do trabalho sério que a DIREC vem realizando e que garantiu, ao Comitê, uma
81 vaga no conselho de uma das frentes e uma significativa adesão dos deputados; além disso, também discorre
82 sobre o órgão colegiado não ter partido político, reforçando seu papel de cobrar e articular. Na oportunidade,
83 comenta sobre a privatização da CHESF e o fundo para a revitalização da BHSF que emergiu deste processo, para
84 manifestar o desejo do CBHSF compor o Conselho Gestor para participar das decisões. Após destacar a
85 importância do plenário para o debate das diversas experiências e problemáticas regionais, o presidente do
86 CBHSF nomeia Ohany Vasconcelos, colaboradora da APV, secretária *ad hoc* da reunião e declara aberta a Plenária.
87 Antes de dar seguimento a pauta planejada, José Maciel de Oliveira explica que surgiu a necessidade da inclusão
88 de novos tópicos para discussão na programação, após o seu envio, sendo eles: i) DN CBHSF *Ad referendum* que
89 aprova a alteração do Programa de Trabalho por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 028/ANA/2020
90 celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Agência Peixe Vivo, ii) DN CBHSF
91 *Ad referendum* que altera o local de realização da XLV reunião plenária ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica
92 do Rio São Francisco e iii) DN CBHSF *Ad referendum* que dispõe sobre a doação de bens à Universidade Federal
93 de Alagoas – UFAL. Uma vez aprovada a inclusão dos pontos, por unanimidade, dá-se prosseguimento às
94 discussões. **2. Aprovação da ata da XLIV Plenária Ordinária do CBHSF.** O presidente do Comitê lembra que a
95 minuta da ata foi enviada com antecedência, em anexo à convocatória, informa que Sonáli Oliveira, em resposta,
96 enviou suas contribuições – as quais mudam a minuta apenas em questões ortográficas – e, em seguida, abre
97 espaço para colaborações. Não havendo manifestações, o documento é colocado para aprovação, considerando
98 as alterações propostas por Sonáli Oliveira, e é aprovado apenas com a abstenção de Adson Ribeiro (Irriganor),
99 por não estar presente na reunião. **3. Informes. 3.1. Encerramento dos projetos no baixo SF.** José Maciel de
100 Oliveira contextualiza os dois últimos grandes projetos executados e entregues pelo CBHSF: o sistema de
101 abastecimento de água, via tanques pulmões, em Piaçabuçu (AL) e o sistema de abastecimento de água na
102 comunidade indígena Kariri-Xocó (AL). Em relação ao primeiro, explica que em virtude da diminuição das vazões,

103 a região sofreu com a salinização, acarretando problemas de saúde para a população local e, como a Companhia
104 de Saneamento de Alagoas (CASAL) não possuía disponibilidade de recursos para resolver o problema, o Comitê
105 atuou na resolução. Não obstante, no segundo caso, explica que a ação surgiu a partir de um contexto em que a
106 captação de água potável na comunidade era precária e estava afetando a saúde e o bem-estar do povo Kariri-
107 Xocó. Assim sendo, com o apoio da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), o CBHSF conseguiu levar abastecimento
108 para uma comunidade de quase cinco mil pessoas. Na oportunidade, Josinaldo Ribeiro, indígena do povo
109 Karatopó Plak-ô, em nome do povo Xocó, agradece, calorosamente, ao CBHSF pela obra, que, nas suas palavras,
110 reestabeleceu a dignidade aos povos mencionados. Em seguida, Wilson de Melo aproveita para questionar a
111 possibilidade do CBHSF, com seus recursos, fomentar financiamentos para instituições e companhias realizarem
112 investimentos dessa mesma natureza. Em contrapartida, Marcus Polignano alerta que é preciso ser cauteloso
113 para não transformar o dinheiro da cobrança em recurso de financiamento e explica que a maior dificuldade que
114 o Comitê encontra, na sua perspectiva, é a criação de uma agenda comum entre diversos atores para a elaboração
115 de um projeto robusto para a revitalização da BHSF, considerando, principalmente, a questão do saneamento
116 básico. Hilda Bicalho relata que, em Caeté (MG), seu município de residência, existem treze estações de
117 tratamento de esgoto, mas nenhuma funciona, o que, em suas palavras, evidencia um investimento mal realizado
118 e destituído de planejamento, bem como a ausência de políticas públicas. Elias da Silva discorre sobre a carência
119 de uma plataforma que contenha os fluxos de protocolos das demandas levantadas pelas CCRs, a qual, na sua
120 perspectiva, facilitaria o acompanhamento e possíveis negociações de apoios com outras instituições. Segundo
121 José Maciel de Oliveira, na última reunião DIREC, foi deliberada a criação de um sistema de acompanhamento,
122 que contempla essa solicitação feita por Elias da Silva. Nelson Guimarães reafirma as dificuldades da
123 implementação de programas de saneamento básico e afirma que, para que eles deem certo, não basta apenas
124 a construção de infraestruturas, também é necessária a adesão da comunidade. Pedro Lessa fala sobre os
125 investimentos aplicados na BHSF e sobre o prazo de elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs), alertando que a
126 Câmara Técnica de Articulação Institucional (CTAI) deve aproveitar essa oportunidade e agir, no intuito de
127 angariar recursos para a execução dos programas e projetos almejados. Diante disso, Marcus Polignano propõe
128 que seja sugerido aos deputados da frente parlamentar formada recentemente uma contribuição destinada ao
129 CBHSF, a partir dos recursos designados para emendas parlamentares, para que este, por meio da agência,
130 aplique-os na Bacia. Posteriormente, Flávia Simões informa sobre o processo de contratação de consultoria, por
131 parte da ANA, para a avaliação da demanda tangente à aplicação de financiamento com dinheiro advindo da
132 cobrança pelo uso da água e, quando o estudo for concluído, ela repassará seus resultados para o CBHSF avaliar
133 suas possibilidades. Ademais, a representante da ANA resgata a Carta de Petrolina, firmada entre diversos atores
134 dos estados e da União, em 2010, na qual previa-se a aplicação de recursos na Bacia. Posto isso, reitera o papel
135 de o CBHSF pressionar os signatários do documento a efetivarem o planejamento que consta no documento, e
136 sugere que os representantes do poder público, no Comitê, levem essa demanda a seus respectivos órgãos. José
137 Maciel informa que, no âmbito da DIREC, já fora pautada a possibilidade de financiamentos e os critérios, no caso
138 de sua ocorrência e que a respeito da Carta de Petrolina, alinhará com a APV a atualização do plano de ações
139 prioritárias. Dando sequência às inscrições para contribuições, Athadeu da Silva diz que esteve envolvido nos
140 primórdios da elaboração da Carta de Petrolina e na sequência, no que diz respeito à temática do Saneamento
141 Básico, relata sobre as discordâncias quanto a aplicação dos recursos e sobre as pulverizações e dificuldades de
142 articulação dos projetos. Diante disso, explica a importância do mapeamento das microbacias para a averiguação
143 das atividades desenvolvidas por cada ator e, desta forma, desenvolver as ações necessárias. Por último, Ailton
144 Rocha retoma a fala de Pedro Lessa e discorre sobre a importância do espelhamento dos PPAs nos Planos
145 Diretores da Bacia, sugerindo que o CBHSF redija uma carta endereçada aos ministros e governadores de estado,
146 contendo os eixos do Plano para inclusão nos PPAs e a disponibilidade do Comitê para o diálogo. José Maciel de
147 Oliveira agradece e informa que a solicitação será acatada e o documento será encaminhado à Presidência da
148 República, à Casa Civil, ao Ministério do Planejamento e aos Governadores. **3.2. Sala de acompanhamento das**
149 **condições de operação do sistema hídrico do Rio São Francisco.** Dando seguimento, o presidente do CBHSF
150 informa que apesar da situação hidrológica confortável na BHSF, as atividades da sala de acompanhamento
151 continuam sendo desenvolvidas. Embora o cenário seja estável, explica que com a previsão de chegada do *El Niño*
152 há preocupação em relação às suas implicações e, por isso, há um trabalho de abastecimento dos reservatórios
153 para que não haja impactos similares ao da última vez em que o fenômeno ocorreu. Reafirma o compromisso em

154 continuar o acompanhamento e na ocorrência de eventualidades, a DIREC se compromete em comunicar ao
155 pleno. Ademais, comenta sobre a possibilidade da formação de uma mesa para se aprofundar nesta temática, na
156 próxima Plenária. Para concluir, relata os episódios de cheia nas regiões fisiográficas do Submédio e Baixo SF, que
157 foram de extrema relevância para o processo de reprodução de diversas espécies de peixes, bem como para a
158 navegabilidade nos cursos d'água. **3.3. Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.**
159 Com o uso da palavra, Ohany Vasconcelos se apresenta e informa que é fiscal técnica do Programa de Educação
160 Ambiental do Rio São Francisco (PEA SF), executado pela empresa contratada Consominas. Dito isso, reitera que,
161 há muito tempo, o CBHSF trabalha na temática da educação ambiental e, tendo isso em vista, o PEA SF tem como
162 objetivo somar esforços para a efetivação das ações que já vêm sendo implementadas ao longo da Bacia. Informa
163 que, atualmente, o Plano está em fase de diagnósticos, na qual a empresa realizou oficinas de diagnósticos, nas
164 regiões do Médio e Alto SF, e entrou em contato com os membros para aplicação de formulários. Ainda segundo
165 ela, a ideia é que seja elaborado um plano exequível, capaz de aglutinar esforços de diversos atores e que
166 possibilite também a integração com o Plano de Capacitação de Pequenos e Médios Usuários e o Plano da BHSF.
167 Após solicitar a fala, Francisco de Assis propõe a construção de uma minuta de lei para que o PEA SF se torne
168 política de Estado para a promoção da educação ambiental na BHSF. Em corroboração, Berenice Peres menciona,
169 como exemplo, o Projeto Vozes – relacionado à temática da educação ambiental - que está coordenando, no
170 oeste da Bahia, para reforçar que é necessário transformar PEAs em políticas públicas, pois somente dessa forma
171 há viabilidade e a possibilidade de efetivação. Posteriormente, Ailton Rocha comenta sobre uma plataforma
172 lançada pelo Governo Federal, o Brasil Participativo, fala sobre suas possibilidades e sugere que a Câmara Técnica
173 de Planos, Projetos e Programas (CTPPP) ou a APV insiram as demandas discutidas neste espaço. **3.4. Reunião do**
174 **Conselho Agência Peixe Vivo/CBHSF/ANA.** José Maciel de Oliveira recapitula, brevemente, o processo de
175 transição da Diretoria Geral da APV e as repercussões que reverberaram no âmbito do CBHSF. Em decorrência
176 disso, explica que ocorreu uma reunião conjunta entre ANA, APV e CBHSF, na primeira metade de abril, e, neste
177 encontro, chegou-se ao consenso que a nova pessoa a assumir a Diretoria Geral deveria ser selecionada através
178 de um chamamento público, no qual se abriu aos CBHS a oportunidade de poderem colaborar com sugestões
179 para a minuta do edital. Assim sendo, José Maciel de Oliveira reitera a importância de trabalharem em harmonia,
180 Entidade Delegatária e CBHS, e informa que a DIREC está se empenhando no levantamento de algumas sugestões
181 para o edital. Em seguida, Nelson Guimarães, em nome do Conselho de Administração da APV (CA APV), reforça
182 que o papel da instância é, sumariamente, apoiar a APV, assim como melhorar os indicadores no que diz respeito
183 às aplicações financeiras. Em continuidade, manifesta seu desejo de que o equilíbrio seja reestabelecido e
184 aproveita a oportunidade para discorrer sobre as demais atividades que vêm sendo discutidas e trabalhadas pelo
185 CA APV, como a atualização do Regimento Interno. Na oportunidade, Antônio Jackson manifesta sua preocupação
186 em relação a instabilidade sobre a qual os funcionários da APV se encontram, em virtude do episódio de demissão
187 da ex-diretora, além disso, declara a necessidade de o plenário se preocupar com o bem-estar e a garantia da
188 estabilidade dos colaboradores da APV. Por fim, expõe sua opinião de que o (a) novo (a) diretor (a) geral da APV
189 deva ser alguém que, atualmente, trabalhe na APV. Melchior Nascimento reconhece a autonomia do CA APV,
190 reforça o processo de amadurecimento conjunto da Agência e do Comitê, e corrobora com o posicionamento de
191 Jackson, dizendo que o processo seletivo deveria ocorrer no âmbito da APV, considerando os talentos internos
192 existentes – conforme feito no passado, em um outro processo. Cláudio Ademar reforça a importância do (a)
193 novo (a) diretor (a) geral da APV ser uma pessoa que, para além das capacidades técnicas para dirigir a Agência,
194 esteja inteirada acerca do que se trata um CBH, bem como as particularidades intrínsecas aos CBHSF e às políticas
195 das águas. Tendo isso em vista, o coordenador da CCR Submédio SF afirma estar de acordo com a ideia de que o
196 processo de seleção valorize as competências internas da APV. Em seguida, Flávia Rodrigues justifica que o CA
197 APV tomou como ponto de partida, na decisão pelo chamamento público, o Termo de Referência para
198 contratação de Agência de Bacia Hidrográfica, em 2009, que definia os requisitos e critérios para seleção. Segundo
199 a representante da ANA, a Agência Peixe Vivo venceu o processo em virtude dos currículos apresentados daqueles
200 que viriam compor a Diretoria. Outrossim, relembra que o dinheiro repassado à APV se trata de um recurso
201 público, por isso é necessário que o (a) futuro (a) diretor (a) geral compreenda a administração pública, tenha
202 qualificação técnica e experiência na área de recursos hídricos. Neste sentido, salienta a importância de o
203 processo garantir uma seleção ampla, o que não exclui a possibilidade de participação dos funcionários da APV,
204 caso eles atendam aos critérios exigidos, o que é corroborado por Sonáli Oliveira e Nelson Guimarães. Após

205 solicitar a fala, Pedro Lessa questiona ao CA APV o motivo da demissão da sra. Célia Fróes e se há a possibilidade
206 de ela concorrer ao cargo, novamente. Melchior Nascimento reafirma a importância da existência de um edital,
207 contudo, volta a defender que a seleção priorize o corpo de funcionários da Agência e, sem se delongar, solicita
208 ao pleno o amadurecimento da ideia para encaminhá-la. Larissa Cayres diz compreender o regramento necessário
209 para a seleção, no entanto, se possível, sugere que no processo de definição dos critérios – considerando o
210 processo seletivo – seja atribuído um peso maior aos concorrentes com experiência comprovada em Agências de
211 bacia. Josias Ribeiro alega que, por se tratar de um processo público, não pode haver restrições quanto a
212 participação. Marcus Polignano relembra a personalidade envolvida na indicação feita pelo CA APV, reitera a
213 importância de resgatar processos, diz estar de acordo quanto a qualificação dos colaboradores da APV, contudo,
214 diz ser preciso cautela em relação às possibilidades de inversões, em caso de favorecimento da seleção de
215 funcionários da APV. Dito isso, aponta as duas possibilidades existentes e que precisam ser votadas: o
216 estabelecimento de um edital interno com critérios definidos ou o estabelecimento de um edital externo,
217 também com critérios delimitados. Com o uso da palavra, Flávia Rodrigues volta a ressaltar a importância de um
218 processo de ampla concorrência, pois, além de não limitar participação, evitaria possíveis problemas com relação
219 à Resolução ANA nº 028/2020, que define critérios e exige a publicidade dos processos. Ademais, informa que o
220 CA APV tem autonomia para o estabelecimento dos critérios e que nada o impede de atribuir peso às experiências
221 de quem atua – ou já atuou – em Agências, porém, é necessário dosar este peso para não inviabilizar as chances
222 dos demais participantes. Jackson Rodrigues exprime sua opinião de que as sugestões do CBHSF devem ser feitas
223 diretamente ao CA APV, sem interferências da ANA, e, nesta perspectiva, direciona-se aos representantes do
224 Conselho, solicitando-os a análise do corpo de funcionários da Agência e a consecutiva avaliação da qualificação
225 para o cargo de Diretoria Geral. Considerando que o restaurante em que o almoço será servido possui rigidez
226 quanto ao horário, o plenário consente em continuar as discussões após a pausa para a refeição. Findado o
227 intervalo, o pleno retorna ao auditório e dá prosseguimento à reunião. Deste modo, Marcus Polignano recapitula,
228 brevemente, as ponderações suscitadas anteriormente e ressalva a necessidade de o plenário ser coerente em
229 sua decisão. Neste momento, os membros voltam a discutir acerca da possibilidade da realização de um processo
230 interno de seleção para o cargo em discussão, entretanto, chegam ao consenso que essa alternativa pode
231 ocasionar problemas futuros, bem como estar em dissonância às normativas vigentes. Deste modo, é colocado
232 para aprovação o encaminhamento, direcionado ao CA APV, em que recomendar-se-á a inclusão de um item, no
233 edital de seleção, que reconheça as experiências de pessoas em agências de bacia, o que é aprovado por maioria
234 dos votos. **4. Mesa de debate: A política das águas e do meio ambiente no novo cenário institucional.** José
235 Maciel de Oliveira anuncia a mesa de debate sobre *A política das águas e do meio ambiente no novo cenário*
236 *institucional* que será conduzida exclusivamente por Ângelo Lima, tendo em vista que os demais integrantes não
237 puderam comparecer. Inicialmente, o representante do OGA discorre sobre a evolução das políticas das águas,
238 no contexto do Brasil, que deixaram de ser centralizadas com a Constituição de 1988, na qual também ficou
239 instituída a água como um bem de domínio público, cabendo ao Estado fazer sua gestão. Posto isso, reforça a
240 importância do sistema democrático para a manutenção dos espaços participativos, como os promovidos pelos
241 CBHs, que estiveram em risco durante os últimos quatro anos de governo federal *vide* a tramitação no Congresso
242 do PL 4.546/2021 e o desmonte das estruturas tangentes à temática ambiental. Frente a atual conjuntura política,
243 Ângelo Lima diz ser um momento importante para somar forças para garantir políticas públicas de Estado
244 comprometidas com a questão hídrica, além de destacar o comprometimento do OGA em dialogar com o novo
245 governo para o estabelecimento de uma agenda da gestão da água. Segundo ele, essa agenda se iniciou com o
246 envio de um manifesto à equipe de transição do governo, o qual constava a reivindicação de uma secretaria
247 nacional específica para as águas, considerando sua relevância. Ainda sobre o comprometimento do OGA,
248 informa sobre um encontro realizado com a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e
249 Desenvolvimento Rural Sustentável e com membros da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e
250 de Mudança do Clima (MMA), no qual as temáticas contempladas no manifesto foram reiteradas. Ademais,
251 reforça que enquanto a água não tem sua própria secretaria, é importante defender, por motivos de neutralidade
252 e de um olhar mais abrangente, que a ANA e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
253 (SINGREH) estejam contemplados no MMA, conforme consta em Medida Provisória, e não no Ministério do
254 Desenvolvimento Regional (MDR), como esteve no último governo, sendo isso matéria de mais um manifesto
255 assinado, dentre diversos órgãos, pelo OGA e o CBHSF. Continuando, informa sobre o Grupo de Trabalho Água

256 (GT Água), coordenado pela deputada federal, Duda Salabert, que abrirá espaço ao CBHSF para que ele possa
257 falar sobre seu trabalho de gestão participativa da água. Dito isso, salienta a importância dessa interlocução e da
258 necessidade de intensificá-la e, ainda sobre o manifesto supramencionado, fala que nele há a proposta de criação
259 de uma Comissão com diversas representações e especialistas para a discussão da temática da água e garantir o
260 diálogo para a implementação de uma política unificada das águas. Ângelo Lima finaliza sua fala agradecendo a
261 oportunidade e reforçando a importância do Comitê como provedor de espaços participativos e de discussões
262 políticas. **5. DN CBHSF Ad referendum que altera o local de realização da XLV reunião plenária ordinária do**
263 **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.** Projetada a DN CBHSF Ad referendum nº 141/2023, o
264 presidente do CBHSF explica que sua promulgação se deu em virtude da impossibilidade de executar a logística
265 de todo o plenário para o município escolhido, sendo assim, a empresa responsável pela execução do evento
266 procurou a DIREC CBHSF e solicitou a alteração do local, o que foi feito por meio da DN em questão. Em seguida,
267 José Maciel de Oliveira lê, integralmente, o documento e coloca para aprovação, que ocorre por unanimidade. **6.**
268 **DN CBHSF que aprova o Relatório Anual de Atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco –**
269 **exercício 2022.** O presidente do CBHSF informa que a minuta de DN fora enviada em anexo à convocatória para
270 o evento. Dito isso, o documento é projetado para apreciação do pleno, José Maciel de Oliveira realiza sua leitura
271 e coloca para votação. Por unanimidade, aprova-se a minuta que, a partir deste momento, torna-se a DN CBHSF
272 nº 144/2023. **7. DN CBHSF Ad referendum que dispõe sobre a doação de bens à Universidade Federal de Alagoas**
273 **– UFAL.** Realizada a leitura da DN CBHSF Ad referendum nº 143/2023, José Maciel de Oliveira coloca sua
274 aprovação para votação e, por unanimidade, o documento é aprovado. **8. DN CBHSF Ad referendum que dispõe**
275 **sobre a doação de bens à Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL.** Em síntese, o presidente do CBHSF
276 explica que a DN diz respeito à doação de todos os produtos da obra dos tanques pulmões, instalados no
277 município de Piaçabuçu, para a CASAL conforme já salientado anteriormente, nos informes. Após aberto espaço
278 para discussão e votação, a DN é aprovada, de modo unânime. **9. DN CBHSF Ad referendum que dispõe sobre a**
279 **doação de bens ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Alagoas e Sergipe – DSEI AL/SE.** Similarmente ao
280 documento mencionado anteriormente, José Maciel de Oliveira informa que a DN CBHSF Ad referendum nº
281 140/2023 também se trata de um Termo de Doação, neste caso, dos bens da obra realizada em Kariri-Xocó. Sem
282 mais tardar, o documento é submetido à votação e é aprovado por unanimidade. **10. DN CBHSF Ad referendum**
283 **que aprova a alteração do Programa de Trabalho por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº**
284 **028/ANA/2020 celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Agência Peixe**
285 **Vivo.** Thiago Campos, gerente da Gerência de Projetos da APV (GP APV), é convidado por José Maciel de Oliveira
286 para apresentar a DN CBHSF Ad referendum nº 142/2023. Com a palavra, Thiago Campos rememora a pauta, visto
287 que ela fora tema também da XLIV Reunião Plenária Ordinária do CBHSF, explica que o Termo Aditivo ao CG nº
288 028/ANA/2020 foi necessário porque os indicadores, na forma como estavam dispostos, seriam impossíveis de
289 serem alcançados. Portanto, a APV elaborou uma proposta de alteração que foi aprovada anteriormente pelo
290 CBHSF, mas, devido a algumas inconsistências matemáticas no Indicador 6 e a necessidade de incluir uma cláusula
291 sobre a Lei de Proteção de Dados, a minuta passou por reajustes, o que justifica a reapresentação da proposta ao
292 pleno. Na oportunidade, Pedro Lessa exprime seu descontentamento em relação ao desprestígio das CTs em
293 discussões tangentes às DNs e, em resposta, José Maciel de Oliveira explica que as CTs são requisitadas quando
294 há assuntos que lhe competem e que não são urgentes, portanto, como a DN em questão foi Ad referendum, seu
295 caráter foi de urgência. Na sequência, Berenice Peres questiona se há previsão para a criação de uma Câmara
296 Técnica de Educação Ambiental e o presidente do CBHSF lhe responde em negativa, informando que a ideia é
297 que, primeiramente, seja instituído um Grupo de Acompanhamento para o PEA SF, o qual, futuramente, pode vir
298 a se tornar uma CT, mas, espera-se que o Comitê trabalhe com as instâncias que tem. Com o uso da palavra,
299 Josias Ribeiro pergunta se a DN em questão foi discutida no âmbito do Grupo de Acompanhamento do Contrato
300 de Gestão (GACG), considerando suas competências, e, em resposta, Thiago Campos explica que não houve
301 tempo hábil para isso. Encerrada as discussões, a aprovação da DN é posta para votação e é aprovada, com
302 abstenção dos srs. Pedro Lessa (CREA SE) e Josias Ribeiro (CREA SE) – o voto deste fora computado, uma vez que
303 seu titular, André Horta, se ausentou no momento da votação. **11. DN CBHSF que institui e disciplina o**
304 **Procedimento Administrativo para a Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos (PAHR) no âmbito**
305 **do CBHSF.** O coordenador da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), Luiz Roberto Farias, é convidado para
306 apresentar a minuta da DN. Com a palavra, o coordenador da CTIL explica que, em 2014, o CBHSF promulgou uma

307 Resolução que disciplina os caminhos de procedimentos referentes a conflitos de uso pela água na BHSF, mas,
308 tendo em vista esse tempo desde sua publicação, foi demandado à CTIL o ajuste da Resolução para atualizá-la em
309 consonância às normativas vigentes. De acordo com suas palavras, a atualização otimiza os trabalhos, estabelece
310 prazos menores para resolução e aprimora a prática. Posto isso, José Maciel de Oliveira faz a leitura integral do
311 documento. Na sequência, Berenice Peres menciona que o documento deveria considerar critérios de priorização
312 das ações, no processo de resolução dos conflitos. José Maciel de Oliveira, respondendo-lhe, diz não ser
313 conveniente essa inserção na DN e que o CBHSF tem trabalhado nesta perspectiva de priorização, citando o caso
314 de Piaçabuçu para exemplificar. Posteriormente, Marcelo da Fonseca enfatiza a amplitude do tema e, nessa
315 perspectiva, há questões que não são de competência do CBHSF solucionar – como é o caso da atuação em áreas
316 que extrapolam a calha do rio São Francisco - tornando, portanto, necessária uma delimitação, o que, segundo o
317 representante do IGAM pode ser feito através da inserção de mais um artigo na minuta da DN. Segundo Luiz
318 Roberto Farias, em casos que envolvam rios estaduais afluentes do São Francisco existem duas possibilidades: a
319 atuação conjunta e colaborativa entre estado e Comitê ou atuação integral do estado. Na oportunidade, Marcelo
320 da Fonseca propõe que, no documento, conste mais um procedimento que estabeleça o encaminhamento da
321 identificação de conflito, aos órgãos estaduais responsáveis, quando identificado e constatado que não se
322 enquadra nos limites de responsabilidade do CBHSF. Outrossim, questiona se a denominada Comissão
323 Processante será a responsável pela mediação dos conflitos, destacando sua preocupação quanto a
324 imparcialidade imprescindível ao processo. Luiz Roberto Farias, em retorno, explica-lhe que a minuta do
325 documento já pressupõe o encaminhamento, tal qual proposto. No que diz respeito à Comissão, ela possui
326 atribuição para definir qual o instrumento que melhor se aplica na resolução do impasse e, no processo de
327 constituição do grupo, preza a neutralidade, apartando atores que estejam envolvidos ou possuam determinado
328 interesse no conflito. Logo em seguida, Marcelo da Fonseca reforça a importância de estar evidente na DN a
329 definição de critérios para a seleção de integrantes para a Comissão, cogitando a admissão de um mediador
330 externo. De acordo com Luiz Roberto Farias, no parágrafo 2º do Artigo 4, prevê-se a possibilidade de convidar
331 especialistas para auxílio na resolução de conflitos, contudo, na perspectiva de Marcelo da Fonseca, há distinções
332 entre possibilidade e obrigação, sendo esta última uma prerrogativa da legislação. Na oportunidade, Larissa
333 Cayres explica que importa mais a resolução do conflito do que o procedimento adotado, e, por isso há a
334 possibilidade de as partes envolvidas decidirem qual método adotar. Defende que o processo não seja muito
335 restritivo, pois acredita que os indivíduos envolvidos no conflito, dada suas experiências, podem contribuir para
336 a resolução, conferindo celeridade ao processo. Ademais, cita, como exemplo, um conflito envolvendo o Rio Boa
337 Sorte, cujo rio de domínio deságua no Rio Grande – afluente do São Francisco – e o reservatório d'água de
338 Zabumbão, em Paramirim (BA), que recorreu, por meio de ofício, ao CBHSF solicitando apoio para a resolução do
339 conflito. Logo, reafirma que o CBHSF só atua mediante convocação e reconhecimento dos responsáveis locais. Na
340 oportunidade, Ednaldo Campos diz que o prazo estabelecido no Artigo 3º da minuta está muito curto e, dito isso,
341 sugere alteração para vinte dias. Com o uso da palavra, Sonali Oliveira menciona a Lei nº 9.433, que define que a
342 área de atuação do CBHSF é em toda a sua bacia hidrográfica, logo, o Comitê pode e deve se pronunciar sobre
343 todos os conflitos inseridos no contorno de sua bacia, o que não impede que os conflitos no âmbito dos afluentes
344 sejam resolvidos nessa esfera, cabendo ao CBHSF interferir em casos excepcionais, como o mencionado por
345 Larissa Cayres. Sobre os prazos, defende o que está disposto na minuta, justificando que o que está proposto diz
346 respeito apenas à admissibilidade da demanda, o que não demanda um período muito longo – posição que é
347 ratificada por Luiz Roberto Farias e Larissa Cayres, posteriormente. Novamente, Marcelo da Fonseca diz que é
348 necessário registrar na DN questões que estão apenas subentendidas, como é o caso da oficialização da
349 transferência de responsabilidade de resolução, considerando as instâncias estaduais e a federal. Francisco da
350 Silva sugere a criação de um GT para se empenhar no aprimoramento da minuta, a partir das contribuições
351 apresentadas, contudo, o presidente do CBHSF informa que o texto já fora trabalhado e que essa tarefa é de
352 competência da CTIL. Após lhe ser cedido espaço para contribuições, Marcelo da Fonseca faz uma proposta de
353 alteração da minuta, sendo assim, essa nova minuta e a proposta original são colocadas para votação e, por 17
354 (dezessete) votos a 13 (treze), a proposta original é aprovada. **12. Apresentação da Execução do POA SF 2022.**
355 Conforme previsto no CG nº 028/ANA/2020, é dever da Entidade Delegatária prestar contas ao Comitê, na
356 plenária subsequente ao término do ano de exercício, explica Thiago Campos, que se responsabilizará por
357 apresentar a execução física e financeira do Plano de Execução Orçamentária Anual do São Francisco de 2022

358 (POA 2022). Sendo assim, em um primeiro momento, Thiago Campos recapitula alguns artigos do CG
359 mencionado, que dispõem sobre os instrumentos de trabalho: o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e o POA.
360 Sobre este, aproveita para informar que sua atualização ocorre mensalmente e pode ser acompanhada por quem
361 tiver interesse, através do *site* do CBHSF. Em seguida, apresenta um balanço de situação entre os POAs dos
362 exercícios de 2021 e 2022. No primeiro, planejou-se realizar R\$ 67,4 milhões, contudo, foram aplicados R\$ 28,6
363 milhões – 42% do planejado - e, quanto às ações, previa-se a execução de 146, mas, realizadas foram 108 – 74%
364 das ações planejadas. Por outro lado, em 2022, planejou-se R\$ 79,6 milhões, dos quais R\$ 55,3 milhões foram
365 aplicados – cerca de 69% - e no que diz respeito às ações, foram planejadas 169, mas, executadas, foram 132–
366 78% do planejado. Dito isso, o gerente de projetos conta que, ao analisar os resultados, foi constatado que cerca
367 de 25% das subações planejadas sequer se iniciam no exercício e que isso possui relação com a capacidade
368 operacional da Agência Peixe Vivo. Tendo isso em vista, explica que essas experiências serviram de orientação
369 para o planejamento do POA 2023, que prevê a realização de 108 ações e uma aplicação financeira de
370 aproximadamente R\$ 62,8 milhões. Além disso, informa que há expectativas de melhoria de execução física e
371 financeira das ações, bem como a efetividade dessas para a BHSF, em termo de qualidade e quantidade da água.
372 Em seguida, realiza uma demonstração de como faz para acessar e acompanhar o POA, na plataforma *Power BI*.
373 A palavra é facultada para José Maciel de Oliveira, que complementa informando que embora o número de ações
374 tenha sido reduzido, o valor de aplicação aumentou, o que se justifica a partir do trabalho conjunto, entre APV e
375 CBHSF, de transformarem projetos em programas, como é o caso do Programa de Saneamento Rural, que deixou
376 de ser doze ações isoladas para serem contempladas em apenas uma, mantendo-se o produto, otimizando a
377 operacionalidade e o valor desembolsado. Após solicitar a palavra, Athadeu da Silva reitera a importância de
378 haver um indicador capaz de medir a efetividade das ações, conforme Thiago Campos mencionara, citando o
379 exemplo das melhorias provocadas pelas obras realizadas em Piaçabuçu e Kariri-Xocó para evidenciar que esses
380 indicadores precisam ser bem trabalhados e efetivos. Em seguida, Pedro Lessa diz que gostaria que a
381 apresentação contemplasse uma perspectiva dos investimentos na bacia a partir dos eixos dispostos no Plano de
382 Recursos Hídricos do Rio São Francisco (PRH-SF). Em resposta, Thiago Campos explica que existe uma ferramenta
383 de acompanhamento da implementação do PRH-SF, disponibilizada no *site* do CBHSF, a qual é apresentada e
384 explorada, na sequência. Com a palavra, Ednaldo Campos menciona o eixo IV do PRH-SF, *Sustentabilidade Hídrica*
385 *no Seminário*, e cita um projeto de implementação de cisternas desenvolvido na região do Médio SF, o qual se
386 enquadra no eixo mencionado. Posto isso, discorre sobre a demanda por continuidade desse projeto, na forma
387 de programa, e, ao final, questiona se haverá remanejamento do POA para a consumação das ações. Segundo
388 Thiago Campos, as ações dessa natureza alcançaram as metas – física e financeira - previstas no PAP 2021-2025,
389 no entanto, foi observado que há cerca de R\$ 14,0 milhões ociosos no PAP e, diante disso, a Auditoria da ANA
390 recomendou o remanejamento deste valor, que pode ser destinado a ações de maiores demandas, como é o caso
391 do projeto mencionado por Ednaldo Campos. Em seguida, Elias da Silva pergunta se existe a possibilidade de
392 inserir, no POA, um campo que indique a região fisiográfica correspondente a cada subação, na perspectiva de
393 que se possa realizar um balanço da distribuição dos recursos na bacia. Em retorno, José Maciel de Oliveira reitera
394 a importância de o CBHSF enxergar a BHSF como tal, bem como a relevância e eficácia dos investimentos para
395 toda a bacia. **13. Moção de agradecimento a Adelson Toledo e Célia Fróes.** Projetada a minuta da Moção de
396 agradecimento à Célia Fróes, José Maciel de Oliveira realiza sua leitura e, na sequência, coloca para aprovação, a
397 qual, por unanimidade é aprovada para publicação e encaminhamento. Do mesmo modo, a minuta da Moção de
398 agradecimento a Adelson Toledo é projetada, lida e colocada para aprovação, a qual também é aprovada de
399 maneira unânime. Em seguida, o presidente do CBHSF lamenta pelo plenário não ter conseguido fazer a
400 homenagem, na presença de Adelson Toledo, mas informa que encaminhará o documento e a medalha Toinho
401 Pescador para a família dele. Na sequência, o plenário concede uma salva de palmas em tributo à memória de
402 Adelson Toledo. Na oportunidade, Altino Rodrigues presta suas homenagens, destacando o papel importante que
403 Adelson Toledo exerceu frente à BHSF, seguido por Elias da Silva e Antônio Jackson, que respectivamente, recita
404 um verso e profere um discurso. **14. Apresentação sobre disposição de rejeitos a seco, Bahia Mineração –**
405 **BAMIN.** Antes de iniciar a pauta, o pleno prestigia o ritual Toré, realizado por Cícera Cabral e sua família,
406 representantes do povo indígena Pankará, bem como suas falas de agradecimento ao CBHSF pelo espaço de
407 acolhimento e por suas ações. Em seguida, José Maciel de Oliveira convida a secretária da Secretaria de Estado
408 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD MG), Marília Melo, para compor a

409 mesa e, na sequência, faculto-lhe a palavra. Assim, Marília Melo cumprimenta os presentes, agradece a
410 oportunidade de participação, reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelo CBHSF e coloca o estado
411 de Minas Gerais à disposição para fortalecer a agenda de recursos hídricos. Isto posto, José Maciel de Oliveira
412 convida Cláudio Rezende e Marcelo Dutra, representantes da BAMIN, para apresentarem a pauta. Com a palavra,
413 Marcelo Dutra introduz o assunto, compartilhando a experiência da BAMIN em extinguir o sistema de barragens,
414 substituindo-o pelo método de empilhamento de rejeitos. Posteriormente, passa a palavra para Cláudio Rezende,
415 o qual cumprimenta os presentes e, logo em seguida, exibe um vídeo institucional introdutório que é sucedido
416 por comentários tangentes ao conteúdo apresentado. Comenta a respeito da mina Pedra de Ferro, localizada em
417 Caetité (BA), discorrendo sobre sua regulamentação e detalhando seu plano diretor e estimativa de
418 funcionamento. Sobre o sistema de captação de água no rio São Francisco, apresenta o esquema de
419 representação do sistema de captação de água e informa que o rio está a 147 Km de distância das instalações,
420 porém, a empresa possui uma adutora (com vazão nominal de 1.349 m³/h) com outorga aprovada pela ANA.
421 Seguidamente, explica sobre um projeto iniciado pela empresa com o objetivo de implementação de barragens
422 a jusante - tendo em vista seu grau maior de segurança em contraposição às barragens a montante – as quais
423 têm seus projetos e processos de licenciamento detalhados por Cláudio Rezende. Esclarece que embora esse
424 projeto fosse bom, a BAMIN resolveu investir em projetos de disposição de rejeitos em pilha, que, em termos
425 ambientais e de segurança, são muito mais eficientes, uma vez que os rejeitos são filtrados e a água é
426 reaproveitada. Dito isso, faz uma explanação esmiuçada das estruturas setorizadas, do processo de
427 armazenamento da pilha de rejeitos e dos fatores de segurança. Por último, reforça o pioneirismo da BAMIN, no
428 Brasil, em relação à adoção do processo de filtração nas etapas iniciais das operações. Aberto espaço para dúvidas
429 e discussões, Athadeu da Silva questiona se existe alguma viabilidade para o reaproveitamento dos resíduos,
430 sobre o tempo de operação da mina e se a empresa tem planos atrelados ao desenvolvimento regional. Em
431 resposta, Cláudio Rezende informa que são vinte anos de operação, mas, mediante estudos, é possível esse prazo
432 ser estendido. Ademais, Marcelo Dutra informa que, atualmente, a instituição não possui estudos para a
433 verticalização da produção, trabalhando apenas com a venda de *commodities*. No que tange aos rejeitos, diz que
434 é um campo interessante para estimular estudos e que a BAMIN está buscando parcerias com universidades,
435 contudo, comenta que é preciso considerar a injustiça em produzir determinados produtos, a partir do rejeito, e
436 competir com empresas que possuem cadeias produtivas exclusivas para a produção desta mesma mercadoria –
437 cita a brita, como exemplo. Como alternativa, Marcelo Dutra fala sobre a possibilidade do firmamento de parceria
438 com prefeituras para a fabricação de blocos, que podem ser destinados à construção de conjuntos habitacionais.
439 A seguir, Pedro Lessa pergunta a respeito do tipo de impermeabilização e do material da base da pilha de rejeitos
440 e Cláudio Rezende discorre acerca dessas especificações. Com a palavra, Berenice Peres questiona sobre o destino
441 do material removido do Sump, para quem são vendidas as *commodities* e qual é a vazão atual do córrego da
442 Cachoeira Alta. Em retorno, Cláudio Rezende explica que existe um manual de operação dos Sump, que prevê sua
443 limpeza duas vezes ao ano e o material removido é disposto a 3,5 Km de distância, em uma espécie de “bota
444 fora”. Sobre o córrego, informa que a vazão média gira em torno de 2 a 3 m³/h, mas, foi estabelecida uma vazão
445 sanitária de 30 m³/h, alcançada por meio dos tanques da usina e que contribui para a manutenção da perenidade
446 deste corpo d’água, em todos os períodos do ano. Marcelo Dutra, a respeito dos compradores do minério,
447 informa que a BAMIN vende as *commodities*, em função do mercado, mas, atualmente há compradores internos
448 e estrangeiros. Marcus Polignano parabeniza a empresa e aproveita o momento para reforçar a importância de
449 se priorizar a segurança em detrimento dos custos, pois não há mensuração do valor da vida e do meio ambiente,
450 também cita os crimes ambientais da VALE S.A em Brumadinho e Mariana (MG) para ilustrar seu posicionamento.
451 Marcelo Dutra reforça, brevemente, a importância de ser um agente de mudança dentro de seu ofício, não
452 deixando a política suprimir a técnica, e como a educação é importante para isso. Francisco Carlos pergunta sobre
453 a área total do projeto e se a empresa também trabalha com a extração de Urânio. Em relação a última pergunta,
454 Marcelo Dutra responde negativamente e informa que na região de Caetité, extrai-se apenas minério de ferro,
455 sobre a segunda questão, informa que são 4,5 mil hectares de área total, dos quais são utilizados 2 mil hectares
456 e tem-se também 3,9 mil hectares destinados a reserva e conservação. Ronald Guerra discorre sobre os impactos
457 sociais locais ocasionados pela instalação de mineradoras, em virtude da ausência de políticas públicas, agravada
458 pelo aumento populacional da região em decorrência da instalação dos trabalhadores. Posto isso, pergunta se a
459 empresa tem um plano para garantir a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores. Marcelo Dutra explica

460 que, desde a concepção do projeto, a empresa arca com compromissos sociais e ambientais, cita a iniciativa da
461 constituição de uma cooperativa interna de reciclagem e salienta que a empresa preza pela contratação de mão
462 de obra das localidades em que ela se instalar. Quando questionado, por Adson Ribeiro, sobre a proximidade das
463 instalações da empresa em relação à população, Cláudio Rezende responde que elas estão afastadas, cerca de 20
464 Km de Caeté. Francisco da Silva, com o uso da palavra, reflete sobre a possibilidade de as pilhas de rejeitos
465 desabarem – assim como o rompimento das barragens – e de não haver uma cobrança efetiva acerca do Plano
466 de Ação Emergencial (PAE). Ademais, também alude a possibilidade de impactos paisagísticos relacionados ao
467 empilhamento, ao redor das cidades. Por último, após João Melo parabenizar a apresentação, José Maciel de
468 Oliveira agradece à BAMIN pela apresentação e reforça a importância do estabelecimento deste diálogo. **15.**
469 **Apresentação sobre a Campanha Eu Viro Carranca para defender o Velho Chico.** Paulo Vilela e Pedro Vilela,
470 representantes da empresa Tanto Comunicação, são convidados, por José Maciel de Oliveira, para darem
471 sequência à pauta. Assim sendo, Paulo Vilela saúda e agradece a colaboração de todos e, logo em seguida,
472 introduz a campanha “Eu Viro Carranca Para Defender o Velho Chico 2023”, que tem como objetivo a valorização
473 dos povos tradicionais. Na sequência, lê o Manifesto do Velho Chico, apresenta a identidade visual e os produtos
474 da campanha e discorre sobre o processo de mobilização social. Sobre isso, José Maciel de Oliveira comenta sobre
475 a coletiva de imprensa de lançamento da Campanha, que teve uma repercussão midiática muito boa. Por fim,
476 Pedro Vilela reforça o convite para que todos participem, Paulo Vilela executa o jingle da campanha e José Maciel
477 de Oliveira reforça que a ideia é a união dos povos e que a participação de todos é imprescindível. **16. Assuntos**
478 **Gerais.** Wilson de Melo, na oportunidade, rememora a questão do armazenamento de água na BHSF e informa
479 que, até o dia 31 de maio, estará aberta a consulta pública para a construção do Plano Nacional de Recuperação
480 de Reservatórios, que, segundo suas palavras, possui grande relevância para o CBHSF e, posto isso, convida o
481 pleno a conhecer melhor o Plano e colaborar para sua consolidação. Ednaldo Campos aproveita o momento para
482 falar sobre a alocação dos reservatórios de água de domínio da União e como isso lhe preocupa em relação às
483 previsões de período seco, portanto, solicita àqueles que fazem parte do grupo de alocação que se mantenham
484 cautelosos no racionamento de água. Em seguida, Antônio Jackson rememora sua trajetória de atuação pela BHSF
485 e expõe os problemas aos quais Três Marias (MG) está submetida. Segundo ele, há algum tempo, uma espécie de
486 lodo está instalada na região – próxima às instalações da CEMIG - dificultando a atividade dos pescadores e, desde
487 então, os órgãos ambientais responsáveis não promoveram nenhum estudo para apuração. Ademais, discorre
488 sobre a Expedição “Esse rio é meu” realizada pelo CBH Rio Pará, relatando o levantamento realizado, que,
489 segundo ele, em suma, é preocupante – muito mais, quando considera que se trata de um afluente do rio São
490 Francisco. Assim sendo, chama a atenção do pleno para que a revitalização da BHSF ocorra em sua totalidade e,
491 por fim, informa que no dia 24 de maio, comemora-se o Dia em Defesa do Rio Paracatu, no município de
492 Brasilândia de Minas (MG). Com a palavra, Renato Constâncio informa que a CEMIG está ciente do problema
493 levantado por Jackson, a respeito da proliferação de lodo em Três Marias e que está trabalhando para encontrar
494 respostas, as quais tem previsão de serem concluídas até o fim deste ano. Marcus Polignano aproveita para
495 rememorar a questão sobre a importância de o CBHSF firmar parcerias e, posto isso, propõe que o Comitê some
496 esforços para buscar apoios para a firmação de um grande pacto para a revitalização do rio São Francisco. Ainda
497 segundo ele, isso pode iniciar a partir da mobilização dos membros em suas respectivas instâncias, para, desta
498 forma, pautar na próxima plenária, no intuito de somar forças e recursos para o cumprimento dos seis eixos do
499 PRH-SF. Pedro Lessa, Athadeu da Silva e Nelson Guimarães registram suas colaborações, que giram em torno do
500 aproveitamento da elaboração dos PPAs, um plano de trabalho e experiências consolidadas da COPASA. **17.**
501 **Encerramento.** Uma vez esgotada a pauta, o presidente do CBHSF agradece a participação de todos, assim como
502 o apoio técnico da APV e, em seguida, passa a palavra para o vice-presidente do CBHS, que faz suas últimas
503 considerações, agradece a participação geral e dá por encerrada, às 11h40min, do dia 19 de maio de 2023, a XLV
504 Plenária Ordinária do CBHSF.



José Maciel de Oliveira
Presidente do CBHSF